

A mulher no município de Uberlândia: Trabalho, Educação e Demografia



Volume 2:
O acesso à educação das
mulheres no município de
Uberlândia/MG

Junho de 2019

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Valder Steffen Júnior

Reitor

Instituto de Economia e Relações Internacionais - IERI

Wolfgang Lenk

Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais - CEPES

Luiz Bertolucci Júnior

Coordenador

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do CEPES/IERIUFU.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais não são permitidas.

Autoria / Citação deste trabalho acadêmico:

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O acesso à educação das mulheres no município de Uberlândia/MG**. Uberlândia: CEPES/IERIUFU, 2019. (Série A Mulher no Município de Uberlândia-MG: Trabalho, Educação e Demografia, v. 2/3). Disponível em: <http://www.ieri.ufu.br>.

Apresentação

O Dia Internacional da Mulher foi oficializado em 1975 pela Organização das Nações Unidas, mas já era celebrado antes disso, no início do mesmo século. A data é historicamente marcada por sua natureza e apelo reivindicativos, fundamentados na luta pela promoção de direitos às mulheres, como o sufrágio, a ocupação de cargos públicos, dentre outros.

Na atualidade, após tantas conquistas da mulher no que diz respeito ao seu acesso e inserção em distintos contextos, e em meio às modificações que gradualmente se processam com relação ao seu papel na sociedade, configura objetivo geral deste trabalho levantar informações que permitam acompanhar esse cenário, reconhecendo os avanços e desafios remanescentes. Nesta perspectiva, mantendo o foco em nossa regionalização, os dados selecionados dizem respeito fundamentalmente ao município de Uberlândia e/ou à Região Geográfica Intermediária de Uberlândia.

Para tanto, o trabalho foi dividido em três volumes. O primeiro deles trata da inserção da mulher no mercado de trabalho formal do município de Uberlândia, levantando informações diversas com base na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), que permitam mapear a inserção feminina no estoque de emprego, levando em conta aspectos setoriais, as principais ocupações e as remunerações percebidas. O segundo volume traz algumas questões para debate acerca dos avanços e desafios no acesso à educação das mulheres, tanto no contexto nacional quanto em nível do município, utilizando-se majoritariamente de dados do Censo Demográfico e do Censo da Educação Superior. Por fim, o terceiro volume apresenta uma análise demográfica considerando as estimativas de gênero para o município, bem como para os demais que integram a Região Geográfica Intermediária de Uberlândia, sobretudo a partir de dados do Censo Demográfico.

Sumário

Volume 2

O acesso à educação das mulheres no município de Uberlândia/MG

Frequência à Educação Básica.....	5
Nível de instrução da população acima de 25 anos.....	10
Matrículas no Ensino Superior: Áreas Gerais/OCDE e Cursos.....	14
Considerações Finais	18
Anexos	21

O ACESSO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG

Marcelo Lopes de Souza

Resumo

O objetivo deste volume foi analisar o acesso à educação das mulheres em Uberlândia/MG a partir dos anos 2000. Foram comparados os indicadores das pessoas do sexo feminino e masculino, como uma aproximação da análise de desigualdade de gênero. Os dados utilizados são do portal de Estatísticas de Gênero do IBGE, com dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, e dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep) de 2010 e 2017. A desigualdade no acesso à escola segundo o sexo das pessoas foi analisada em três recortes: acesso das crianças em idade escolar; nível de instrução da população adulta acima de 25 anos e das matrículas no ensino superior. O trabalho apresenta avanços e desafios das mulheres no campo educacional. As mulheres apresentavam melhores resultados de acesso à educação, seja da população que estava em idade escolar, seja da população que já deveria ter concluído os estudos obrigatórios. Destaca-se que as mulheres apresentavam maior participação no nível mais elevado de escolaridade, o ensino superior. Contudo, apesar de alguns avanços em algumas áreas do conhecimento e em alguns cursos de graduação, ainda persiste uma clara segmentação de cursos em que as mulheres têm uma participação muito baixa e outros em que a participação das mulheres é muito elevada.

Palavras-chave: mulher; educação; Uberlândia.

WOMEN'S ACCESS TO EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF UBERLÂNDIA/MG

Abstract

The objective of this volume consisted on analyzing women's access to education in Uberlândia /MG throughout the 2000s. Indicators of male and female individuals were compared as an approximation of the analysis of gender inequality. The data used come from the IBGE's Gender Statistics portal, with data from the Demographic Census of 2000 and 2010, and the micro-data from the Higher Education Census (Inep) of 2010 and 2017. Inequality in access to school according to the gender was analyzed in three levels: access for schoolchildren; level of education of adult population over 25 years and enrollment in higher education. This work presents advances and challenges of women in education. Women presented better access to education, whether considering population in school age, or the ones that should have already completed mandatory studies. It should be noted that women had greater participation in the higher level of schooling, the higher education. However, despite some advances in certain areas of knowledge and in some undergraduate courses, an evident segmentation still persists, in which women present a very low participation in some courses, while in others their participation is very high.

Keywords: Woman; education; Uberlândia.

O ACESSO À EDUCAÇÃO DAS MULHERES NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA/MG

Marcelo Lopes de Souza¹

Neste trabalho, objetivou-se analisar o acesso à educação das mulheres em Uberlândia. Essa análise foi realizada considerando o acesso à educação básica e ao ensino superior. O foco do trabalho foi a situação em Uberlândia, mas também são considerados os resultados para o Brasil como um todo e para as Unidades da Federação (UF). Foram utilizados dados do portal de Estatísticas de Gênero do IBGE, com dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, e os microdados do Censo da Educação Superior (Inep) de 2010 e 2017.

Frequência à Educação Básica

Para analisar a desigualdade no acesso à educação entre as pessoas do sexo masculino e feminino, inicialmente, foram comparados os indicadores de acesso à educação básica. A Tabela 01 apresenta a taxa de frequência escolar bruta das crianças de 6 a 14 anos em 2000 e 2010. Esse indicador mostra os percentuais de pessoas que têm acesso à escola, independente da etapa frequentada.

Em 2010, o acesso à escola das crianças nessa faixa etária, em Uberlândia, já estava praticamente universalizado (98,0%). Apesar das meninas apresentarem uma taxa inferior ao observado para os meninos, destaca-se que a diferença foi muito pequena (0,1 pontos percentuais – p.p.) e em um contexto de praticamente universalização do acesso. Já o indicador para o Brasil se distanciava um pouco mais da universalização (96,7%) e as meninas apresentavam uma taxa de acesso à escola superior aos meninos em 0,4 p.p. Também no caso de todas as Unidades da Federação (UF), as meninas apresentavam um indicador de acesso à escola mais elevado do que os meninos. No caso de Minas Gerais, a diferença era de 0,5 p.p em favor das meninas. Cabe destacar, ainda, que essa tendência geral de melhor nível de acesso das meninas já era observada em 2000, sendo que a diferença das meninas em relação aos meninos para o Brasil ainda era maior, 0,8 p.p.

¹ Mestre em Economia e Pesquisador do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais (CEPES-IERI/UFU). Integrante da carreira de pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Tabela 01 - Taxa de frequência escolar bruta das crianças de 6 a 14 anos, Unidades da Federação, Brasil e Uberlândia - 2000 e 2010 (em %)

Divisão Territorial	2000			2010		
	Média Geral	Meninas	Meninos	Média Geral	Meninas	Meninos
Rondônia	87,6	87,6	87,6	95,9	96,3	95,6
Acre	81,6	82,4	80,9	91,8	92,2	91,5
Amazonas	80,0	80,6	79,5	91,2	91,4	91,0
Roraima	92,7	92,9	92,6	91,7	92,2	91,2
Pará	88,1	89,0	87,3	94,5	94,8	94,2
Amapá	91,0	91,5	90,5	95,3	95,6	95,1
Tocantins	90,9	91,7	90,1	97,0	97,3	96,8
Maranhão	90,2	91,1	89,3	96,2	96,6	95,9
Piauí	92,5	93,2	91,8	97,6	97,8	97,4
Ceará	93,6	94,2	93,0	96,9	97,2	96,6
Rio Grande do Norte	93,9	94,6	93,1	97,2	97,3	97,0
Paraíba	93,1	93,9	92,4	97,1	97,5	96,8
Pernambuco	91,0	91,9	90,2	96,4	96,8	95,9
Alagoas	87,2	88,5	86,0	95,2	95,7	94,8
Sergipe	92,3	93,1	91,5	97,2	97,4	96,9
Bahia	91,8	92,5	91,1	96,9	97,2	96,5
Minas Gerais	94,7	95,0	94,4	97,5	97,8	97,3
Espírito Santo	92,9	92,9	92,9	97,0	97,2	96,7
Rio de Janeiro	95,2	95,3	95,0	97,0	97,1	96,8
São Paulo	95,5	95,6	95,4	97,1	97,2	97,0
Paraná	94,2	94,2	94,1	97,5	97,7	97,4
Santa Catarina	95,4	95,3	95,4	97,8	97,9	97,7
Rio Grande do Sul	95,2	95,2	95,1	97,2	97,4	97,1
Mato Grosso do Sul	93,4	93,4	93,4	96,9	97,0	96,9
Mato Grosso	91,8	92,0	91,6	96,2	96,3	96,2
Goiás	94,6	94,9	94,3	96,8	97,1	96,6
Distrito Federal	96,4	96,3	96,4	97,5	97,7	97,4
Brasil	93,1	93,5	92,7	96,7	96,9	96,5
Uberlândia	96,6	96,8	96,4	98,0	97,9	98,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) extraídos do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG/IBGE).

O percentual de acesso à escola da população de 15 a 17 anos é apresentado na Tabela 02. Também neste caso, a tendência geral da população feminina de apresentar indicadores de acesso à escola mais elevados foi confirmada. Em Uberlândia, essa tendência se mostrou mais forte. Em 2000, a diferença era de 2,5 p.p e passou, em 2010, para 3,5 p.p. Já para o Brasil, a diferença se manteve em 0,2 p.p nos dois anos analisados. Esse comportamento mais próximo observado entre as pessoas do sexo feminino e masculino

reflete grandes diferenças nessa questão entre as UFs. Nos dois anos analisados, na maior parte delas, os adolescentes apresentaram maiores taxas de acesso. Contudo, como o resultado médio para o Brasil reflete o tamanho das diferenças e das populações dos estados, o resultado final ainda foi positivo para as adolescentes. Em 2010, as UFs em que as adolescentes apresentaram maior taxa de acesso em relação aos adolescentes foram Minas Gerais (3,3 p.p) e Rio Grande do Sul (1,0 p.p). Já o Acre (3,6 p.p) e Rio Grande do Norte (2,9 p.p) apresentaram as maiores diferenças em favor dos adolescentes.

Tabela 02 - Taxa de frequência escolar bruta dos adolescentes de 15 a 17 anos, Unidades da Federação, Brasil e Uberlândia - 2000 e 2010 (em %)

Divisão Territorial	2000			2010		
	Média Geral	Feminino	Masculino	Média Geral	Feminino	Masculino
Rondônia	63,7	63,4	63,9	80,3	79,8	80,8
Acre	69,5	68,9	70,0	77,8	76,0	79,6
Amazonas	72,7	71,8	73,6	80,4	79,1	81,7
Roraima	79,9	79,3	80,4	82,1	80,7	83,5
Pará	73,6	72,7	74,4	81,5	80,3	82,7
Amapá	83,1	82,7	83,6	83,2	82,3	84,1
Tocantins	77,9	77,6	78,2	84,7	84,0	85,3
Maranhão	76,0	75,5	76,4	83,1	82,5	83,8
Piauí	76,4	76,8	76,1	85,5	85,7	85,2
Ceará	79,1	79,0	79,2	81,5	81,3	81,8
Rio Grande do Norte	78,4	78,3	78,5	82,7	81,2	84,1
Paraíba	75,0	75,5	74,5	81,9	81,8	82,1
Pernambuco	74,4	75,0	73,8	82,0	82,1	81,9
Alagoas	72,8	71,9	73,7	80,9	79,7	82,0
Sergipe	75,8	75,9	75,8	85,2	84,5	85,9
Bahia	79,3	80,5	78,2	83,7	83,8	83,5
Minas Gerais	76,0	77,7	74,4	83,5	85,2	81,9
Espírito Santo	74,0	74,3	73,6	80,9	81,3	80,6
Rio de Janeiro	81,5	80,9	82,0	86,9	87,0	86,8
São Paulo	82,5	82,0	83,0	85,3	85,7	85,0
Paraná	73,1	72,6	73,6	80,7	80,8	80,5
Santa Catarina	75,2	75,1	75,4	80,2	80,4	80,0
Rio Grande do Sul	77,4	77,6	77,1	82,8	83,3	82,3
Mato Grosso do Sul	72,6	72,5	72,8	79,5	79,2	79,7
Mato Grosso	72,3	72,8	71,9	81,5	80,7	82,3
Goiás	78,4	79,1	77,8	83,5	83,9	83,1
Distrito Federal	86,7	85,7	87,8	88,4	88,4	88,5
Brasil	77,7	77,8	77,6	83,3	83,4	83,2
Uberlândia	83,9	85,1	82,6	85,0	86,7	83,2

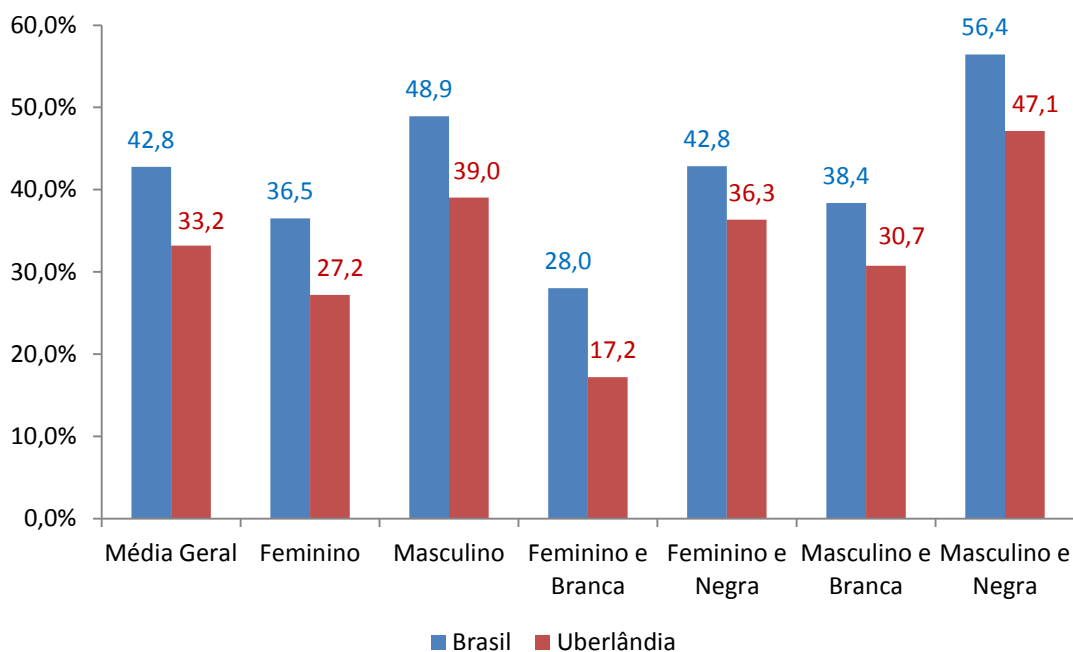
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) extraídos do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG/IBGE).

Contudo, para uma melhor apreensão sobre a existência de desigualdade entre os dois grupos nessa faixa etária, é adequado complementar a análise com indicadores de conclusão de etapas escolares e não apenas de acesso à escola. Para isso, foi escolhido o indicador do Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que não terminaram o ensino fundamental (Gráfico 01). Nessa idade, é esperado que as pessoas estivessem cursando o ensino médio. Neste caso, também foi adicionada a informação de raça/cor das pessoas. A

análise foi realizada para o ano de 2010. Em Uberlândia, o percentual dos adolescentes de 15 a 17 anos que não terminaram o ensino fundamental (39,0%) foi muito superior ao percentual das adolescentes (27,2%), registrando uma diferença de 11,8 p.p. Isso revela um atraso educacional muito importante em desfavor dos adolescentes, pois nessa idade já era esperado que eles estivessem cursando o ensino médio e quase 40% deles ainda não tinham concluído a etapa anterior. Registra-se que, apesar das adolescentes terem um percentual inferior, também revela uma situação de atraso educacional importante, com mais de ¼ de não conclusão do ensino fundamental.

Essa constatação se repete mesmo quando se considera a raça/cor das pessoas, que é outra importante fonte de desigualdade a ser explorada em outros trabalhos. Entre as pessoas brancas, o percentual de não conclusão do ensino fundamental dos adolescentes foi 13,5 p.p superior ao registrado pelas adolescentes. Entre as pessoas negras, a diferença dos adolescentes foi superior em 10,8 p.p. Assim, mesmo considerando a raça/cor, o melhor nível de acesso educacional das pessoas do sexo feminino permanece. O resultado observado em Uberlândia segue a tendência do Brasil como um todo, sendo que, em todos os recortes selecionados, os percentuais da média nacional são ainda piores.

Gráfico 01 – Percentual de pessoas de 15 a 17 anos que não terminaram o ensino fundamental, por sexo e raça/cor*, Brasil e Uberlândia – 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)/IBGE.

Notas: A categoria de raça/cor negra inclui pardos e pretos.

Nível de instrução da população acima de 25 anos

Além da análise sobre a população que está em idade escolar, é importante considerar o nível de escolaridade da população que já deveria ter concluído as etapas obrigatórias de escolarização (ensino médio) e ter avançado com a conclusão do ensino superior. Geralmente, essa análise é realizada com a população acima de 25 anos, que é uma população que se espera já esteja no mercado de trabalho. A Tabela 03 apresenta a proporção de pessoas nessa faixa etária por sexo e nível de instrução para o ano de 2000, segundo informações do Censo Demográfico.

Em Uberlândia, as mulheres apresentavam melhor nível de instrução que os homens e em um patamar superior ao registrado para o Brasil e para a grande maioria das UFs. O percentual de mulheres sem instrução ou com Ensino Fundamental (EF) incompleto era inferior ao dos homens (54,1% e 55,0%, respectivamente). Quanto menor esse percentual, melhor o nível de instrução. Em 2000, era muito preocupante que o percentual de pessoas sem ao menos concluir o EF tenha se mostrado tão elevado, sendo mais de 50% da população, independente do sexo das pessoas. O percentual de mulheres com o Ensino EF completo ou Ensino Médio (EM) incompleto também era inferior ao observado para os homens (14,9% e 16,9%). Embora esse nível de instrução seja melhor do que o anterior, pessoas sem instrução ou com (EF) incompleto, era desejável que as pessoas tivessem um nível de instrução mais elevado, seja o EM completo ou mesmo já terem concluído o Ensino Superior (ES). De fato, foi o que foi constatado para as mulheres, já que elas tinham maiores percentuais de pessoas nesses níveis de instrução. Do total de mulheres, 20,2% delas apresentavam EM completo ou ES incompleto (19,5%, para os homens) e 10,6% tinham o ES completo (8,5%, para os homens).

Tabela 03 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, Unidades da Federação, Brasil e Uberlândia - 2000 (em %)

Divisão Territorial	Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto		Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto		Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto		Ensino Superior completo	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Rondônia	71,6	75,0	10,7	10,7	14,1	11,3	3,2	2,8
Acre	68,6	73,9	11,9	10,4	14,9	11,9	4,0	3,5
Amazonas	63,6	66,0	12,1	12,0	21,0	18,5	3,2	3,5
Roraima	59,8	66,2	15,8	14,9	19,3	14,6	4,2	3,9
Pará	67,3	72,8	12,8	12,1	16,3	12,0	3,5	3,1
Amapá	55,9	62,1	16,0	15,1	24,0	18,7	4,0	4,1
Tocantins	69,9	76,8	10,3	9,5	16,6	10,9	3,1	2,8
Maranhão	74,4	79,5	8,6	7,9	15,1	10,7	1,9	1,8
Piauí	74,7	80,3	8,7	8,0	14,0	9,1	2,5	2,5
Ceará	72,2	76,5	9,7	9,1	13,9	10,8	3,9	3,4
Rio G. do Norte	68,3	73,3	10,0	9,2	16,7	13,2	5,0	4,2
Paraíba	73,0	78,2	8,3	7,5	12,5	9,7	5,9	4,6
Pernambuco	68,6	71,7	9,6	10,1	15,6	13,4	6,2	4,7
Alagoas	74,8	77,8	8,1	8,3	12,7	10,5	4,3	3,4
Sergipe	70,6	73,9	10,3	10,0	14,7	12,8	4,3	3,3
Bahia	72,1	76,1	8,0	8,3	16,7	12,7	3,3	2,9
Minas Gerais	67,0	69,4	10,4	11,8	15,8	13,2	6,6	5,5
Espírito Santo	63,2	64,4	12,2	14,0	18,7	16,1	5,8	5,4
Rio de Janeiro	52,4	50,1	16,4	17,8	21,4	21,6	9,8	10,4
São Paulo	57,1	55,6	14,7	15,7	18,3	18,7	9,8	9,9
Paraná	63,7	63,3	12,5	13,5	16,0	16,2	7,4	6,7
Santa Catarina	64,5	62,1	14,1	15,8	15,0	15,8	6,1	6,2
Rio G. do Sul	62,2	63,0	13,8	14,5	16,0	16,0	8,0	6,4
Mato G. do Sul	65,7	67,5	11,7	11,9	15,0	14,4	7,4	6,1
Mato Grosso	66,1	71,1	11,8	11,6	16,2	12,7	5,7	4,5
Goiás	64,4	68,8	13,0	12,6	17,5	14,0	5,1	4,5
Distrito Federal	42,2	43,0	16,0	16,5	26,7	24,8	15,0	15,7
Brasil	63,4	64,8	12,4	13,0	17,1	15,6	7,0	6,5
Uberlândia	54,1	55,0	14,9	16,9	20,2	19,5	10,6	8,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) extraídos do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG/IBGE).

Observação: Exclusive nível de instrução não determinado.

Em 2010, o nível de instrução da população brasileira aumentou e as mulheres continuaram apresentando melhores resultados. Em Uberlândia, o percentual de mulheres sem instrução ou EF incompleto continuou sendo inferior ao dos homens (38,6%, para as pessoas do sexo feminino e 40,8%, para o sexo masculino). Apesar do percentual de

mulheres com EM completo ou ES incompleto ser um pouco inferior ao dos homens (26,8% e 27,3%, respectivamente), o percentual com ES completo deixava muito evidente a diferença de acesso (mulheres, 17,6%, e homens, 13,8%). Assim, ao somar o percentual das pessoas que já tinham concluído apenas o EM e as que concluíram o ES, observa-se o melhor nível de instrução das mulheres em Uberlândia (44,4%, para as mulheres e 41,1%, para os homens). O município de Uberlândia continuou apresentando melhores indicadores do que o restante do Brasil. O percentual de mulheres que tinham ES, em Uberlândia (17,6%), era maior do que foi observado para o Brasil (12,5%) e para a maioria das UFs, com exceção do Distrito Federal, em que quase $\frac{1}{4}$ das mulheres já tinham concluído essa etapa de ensino. O quantitativo de pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução em 2000 e 2010, pode ser consultado nos Anexos 01 e 02.

Tabela 04 - Proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, Unidades da Federação, Brasil e Uberlândia - 2010 (em %)

Divisão Territorial	Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto		Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto		Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto		Ensino Superior completo	
	F	M	F	M	F	M	F	M
Rondônia	53,9	60,6	13,0	13,9	23,1	18,9	9,8	6,4
Acre	52,3	59,8	11,9	12,4	24,7	20,5	10,9	7,1
Amazonas	45,5	50,3	13,7	13,8	30,7	28,4	9,5	7,0
Roraima	41,0	50,2	12,7	13,4	33,9	27,8	12,1	8,3
Pará	52,5	60,5	15,1	14,6	24,9	19,7	7,3	5,1
Amapá	38,5	45,7	13,5	13,9	34,9	31,1	12,7	9,0
Tocantins	48,3	58,0	11,8	12,5	26,1	22,3	13,5	7,1
Maranhão	57,7	65,5	12,3	11,6	23,0	18,7	6,8	4,0
Piauí	59,6	68,9	11,8	10,8	19,5	14,6	8,9	5,6
Ceará	54,3	60,3	13,9	13,0	23,1	20,9	8,5	5,6
Rio G. do Norte	52,9	59,6	12,6	11,9	24,7	21,7	9,7	6,8
Paraíba	59,1	66,0	11,0	10,1	20,3	17,4	9,5	6,4
Pernambuco	54,8	59,5	12,2	12,3	23,6	21,5	9,2	6,6
Alagoas	61,5	66,1	11,2	11,2	19,0	17,0	8,1	5,6
Sergipe	54,9	60,5	12,2	11,9	22,5	20,9	10,3	6,6
Bahia	55,1	61,7	11,6	11,8	25,6	21,1	7,5	5,2
Minas Gerais	52,0	55,3	13,3	14,6	22,2	21,1	12,3	8,7
Espírito Santo	48,2	50,6	13,7	15,0	25,2	24,9	12,6	9,4
Rio de Janeiro	38,3	37,6	17,1	17,5	29,5	30,9	14,8	13,8
São Paulo	41,3	40,6	15,8	16,7	26,6	27,9	15,8	14,3
Paraná	48,8	49,5	14,4	15,7	22,4	23,4	14,1	11,2
Santa Catarina	46,7	45,7	15,7	17,5	23,8	25,3	13,7	11,3
Rio G. do Sul	47,1	48,8	15,9	17,2	24,0	24,3	12,9	9,5
Mato G. do Sul	48,5	52,9	14,3	14,5	23,3	22,4	13,8	10,1
Mato Grosso	48,0	55,3	14,6	15,3	24,3	20,9	12,7	8,3
Goiás	47,1	52,9	14,7	15,5	25,8	23,0	12,1	8,3
Distrito Federal	29,6	30,8	14,0	14,2	31,8	31,1	24,3	23,6
Brasil	47,8	50,8	14,4	14,9	25,0	24,1	12,5	10,0
Uberlândia	38,6	40,8	16,7	18,0	26,8	27,3	17,6	13,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) extraídos do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG/IBGE).

Observação: Excluído nível de instrução não determinado.

Matrículas no Ensino Superior: Áreas Gerais/OCDE e Cursos

Até aqui, foi possível constatar que as mulheres apresentavam melhores indicadores de acesso à educação do que os homens, seja para a população que estava em idade escolar, seja para a população que já deveria ter concluído a educação formal. Contudo, no caso do ES é necessário perguntar o nível de segmentação existente nos cursos segundo o sexo das pessoas. A análise foi realizada para os anos de 2010 e 2017, utilizando-se dos microdados do Censo da Educação Superior produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Inep.

A Tabela 05 apresenta, para o Brasil e Uberlândia, o quantitativo de pessoas e o percentual de matrículas na graduação presencial segundo o sexo das pessoas. Do total de pessoas matriculadas, as mulheres eram maioria em Uberlândia e no Brasil como um todo. Em Uberlândia, registrou-se uma pequena queda na participação das mulheres, de 53,2%, em 2010, para 52,3%, em 2017, mas que não representa alteração na constatação de maior participação das mulheres na graduação presencial. O percentual de mulheres na graduação presencial no Brasil (55,35%, em 2010, e 55,42%, em 2017) era um pouco superior ao que foi observado em Uberlândia. No caso do Brasil, houve uma estabilidade na participação das mulheres no total de matrículas (55,4%).

Tabela 05 - Total e percentual de matrículas na graduação presencial por sexo, Brasil e Uberlândia, 2000 e 2010

	Brasil				Uberlândia			
	2010		2017		2010		2017	
	Pessoas	Participação no total (em %)	Pessoas	Participação no total (em %)	Pessoas	Participação no total (em %)	Pessoas	Participação no total (em %)
Feminino	3.016.304	55,35	3.618.763	55,42	20.737	53,2	24.241	52,3
Masculino	2.432.816	44,65	2.910.918	44,58	18.243	46,8	22.115	47,7
Total	5.449.120	100,00	6.529.681	100,00	38.980	100,0	46.356	100,0

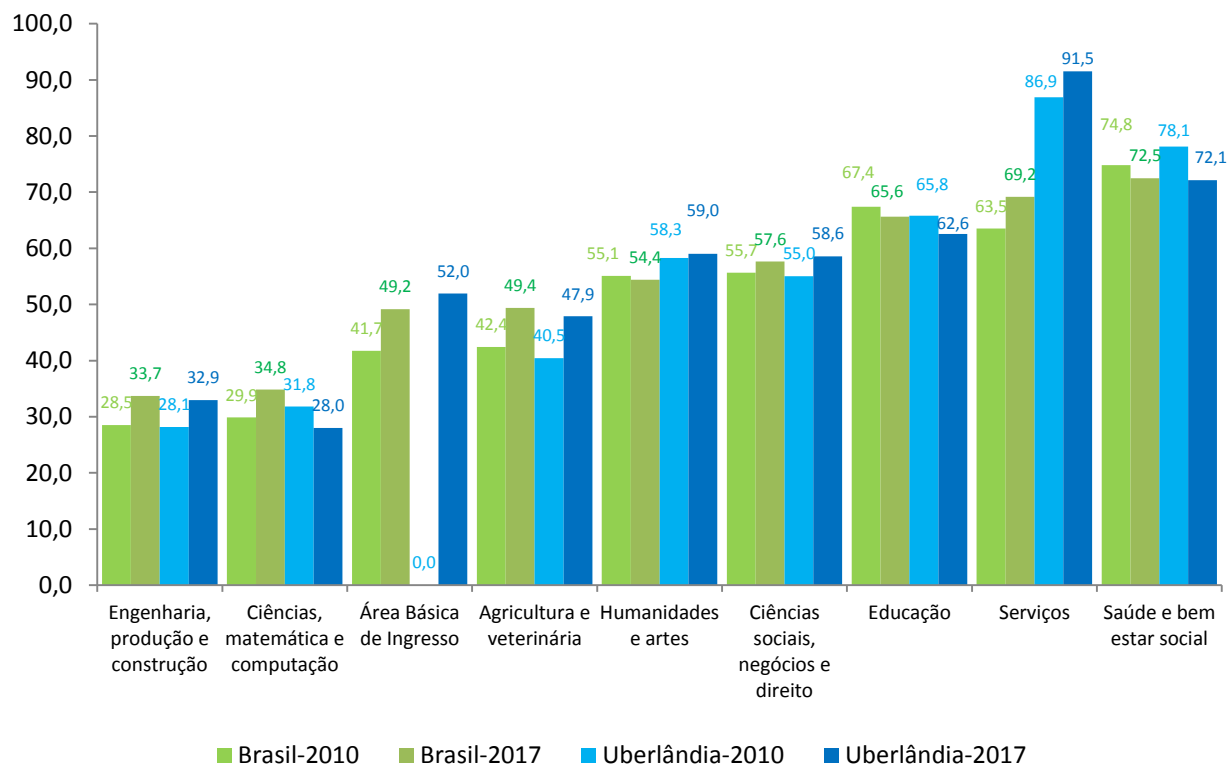
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

A participação das mulheres no total de matrículas por áreas do conhecimento é apresentada no Gráfico 02. Foi utilizada a classificação por Área Geral da OCDE, presente nos microdados do Censo da Educação Superior.

É possível segmentar as Áreas em quatro grupos segundo a participação das mulheres no total de matrículas. Seria possível, portanto, chamar esse processo de segmentação. Essa segmentação segundo a participação das mulheres seria da seguinte maneira: participação muito baixa; participação intermediária baixa; participação intermediária alta e participação muito alta. Inicialmente, esse agrupamento pode ser observado para as matrículas em Uberlândia no ano de 2010. O primeiro grupo com participação muito baixa das mulheres seria formado pelas Áreas de “Engenharia, produção e construção” (28,1%) e “Ciências, matemática e computação” (31,8%). O segundo grupo de participação intermediária baixa seria formado pela Área de “Agricultura e veterinária” (40,5%). Já o terceiro grupo seria formado por “Ciências sociais, negócios e direito” (55,0%), “Humanidades e Artes” (58,3%), “Educação” (65,8%) e Área Básica de Ingresso² (52,0%, em 2017). O quarto grupo seria formado pelos cursos das Áreas de “Saúde e bem estar social” (78,1%) e “Serviços” (86,9%).

No ano de 2017, em Uberlândia, não houve mudanças substanciais que justificassem alterações nesse agrupamento. Contudo, foram registradas variações importantes: queda da participação das mulheres em Áreas tradicionais de elevada participação feminina como a Área de “Saúde e bem estar social”, em que a participação caiu 6,0 p.p, e de “Educação”, com queda de 3,2 p.p.; aumento da participação feminina em Áreas tradicionais de elevada participação dos homens, como “Engenharia, produção e construção” e, principalmente, “Agricultura e veterinária” (crescimento de 4,8 p.p e 7,4 p.p, respectivamente). A distribuição da participação das mulheres no Brasil segue a segmentação observada em Uberlândia, não havendo grandes diferenças estruturais, com exceção da Área de Área Básica de Ingresso ABI (41,7% de participação em 2010). Em termos de evolução de 2010 a 2017, uma única diferença mais marcante é que, ao contrário de Uberlândia, no Brasil houve crescimento da participação feminina na Área de “Ciências, matemática e computação” (passou de 29,9% para 34,8%). O quantitativo total de pessoas por sexo e por Área geral OCDE, para o Brasil e Uberlândia, em 2010 e 2017, pode ser consultado nos Anexos de 03 a 06.

²Em 2010, nenhuma matrícula foi classificada na Área Básica de Ingresso em Uberlândia. Em 2017, as matrículas em Uberlândia nessa Área representaram 5,0% do total de matrículas. A participação das mulheres foi de 52,0%.

Gráfico 02 – Percentual de mulheres no total de matrículas na graduação presencial por Área Geral OCDE, Brasil e Uberlândia, 2010 e 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

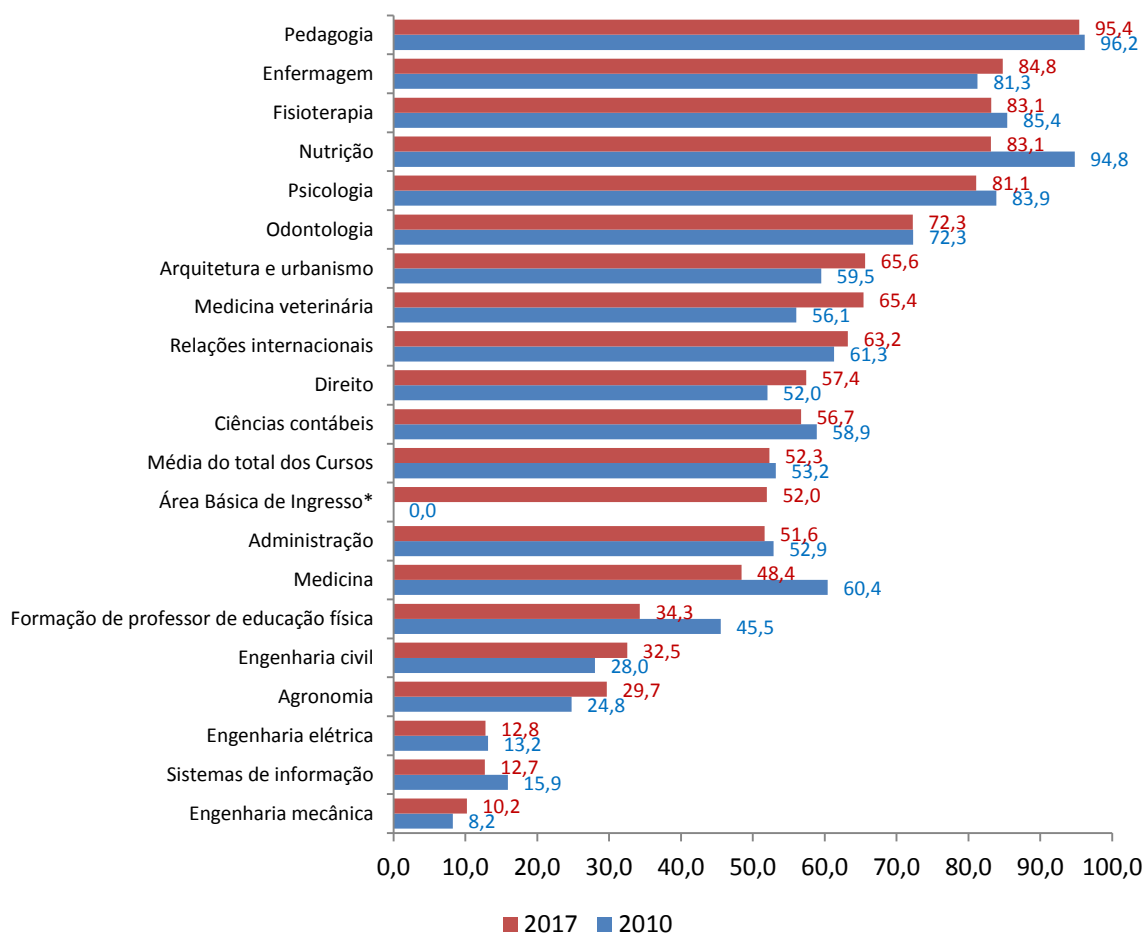
Notas: Em 2010, nenhuma matrícula foi classificada na Área Básica de Ingresso em Uberlândia. Em 2017, as matrículas em Uberlândia nessa Área representaram 5,0% do total de matrículas.

A segmentação segundo a participação das mulheres nas matrículas também pode ser observada por cursos de graduação. O Gráfico 03 subsidia essa constatação para os 20 cursos com maior número de matrículas em Uberlândia.

Desse gráfico, a partir dos resultados para Uberlândia em 2010, pode-se dividir os cursos segundo a participação das mulheres nas matrículas da seguinte maneira: participação muito alta – pedagogia (96,2%), nutrição (94,8%), fisioterapia (85,4%), psicologia (83,9%), enfermagem (81,3%), odontologia (72,3%); participação intermediária alta - relações internacionais (61,3%), medicina (60,4%), arquitetura e urbanismo (59,5%), ciências contábeis (58,9%), medicina veterinária (56,1%), administração (52,9%), direito (52,0%); participação intermediária baixa - formação de professor de educação física (45,5%); participação muito baixa - engenharia mecânica (8,2%), engenharia elétrica (13,2%), sistemas de informação (15,9%), agronomia (24,8%), engenharia civil (28,0%).

Mais uma vez, em 2017, com exceção do curso de medicina, não ocorreram alterações substanciais nos percentuais para mudança de segmentos de cursos. No caso do

curso de medicina, como o percentual de participação passou de 60,4%, em 2010, para 48,4%, em 2017, ele poderia passar a ser considerado como um curso de participação intermediária baixa e não mais intermediária alta, como em 2010. De toda maneira, ainda seria um curso de participação feminina intermediária. Assim como foi constatado para as Áreas Gerais OCDE, essa segmentação constatada em Uberlândia não é específica do município, já que segue uma tendência geral para a maioria dos cursos para o Brasil, conforme pode ser observado no Anexo 07. Apesar de uma tendência de manutenção da segmentação, observamos resultados positivos em termos de aumento da participação das mulheres em cursos tradicionais de maior participação masculina, como nos cursos de engenharia mecânica (2,0 p.p.), engenharia civil (4,5 p.p.) e agronomia (4,9 p.p.). Assim como realizado para as Áreas Gerais OCDE, o quantitativo total de pessoas por sexo e pelos cursos com maior número de matrículas, para o Brasil e Uberlândia, em 2010 e 2017, é apresentado nos Anexos 8 a 11.

Gráfico 03 - Percentual das matrículas na graduação presencial do sexo feminino em Uberlândia, 20 cursos com mais matrículas - 2010 e 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Notas: *Em 2010, nenhuma matrícula foi classificada em cursos da Área Básica de Ingresso em Uberlândia. Em 2017, as matrículas em Uberlândia nessa Área representaram 5.0% do total de matrículas.

Considerações Finais

Este trabalho analisou o acesso à educação das mulheres em Uberlândia a partir dos anos 2000. Foram utilizados dados do portal de Estatísticas de Gênero do IBGE, com dados do Censo Demográfico de 2000 e 2010, e os microdados do Censo da Educação Superior (Inep) de 2010 e 2017. Também foram realizadas comparações com os resultados para o Brasil e para as Unidades de Federação. A desigualdade no acesso à escola segundo o sexo das pessoas foi analisada em três recortes: acesso das crianças em idade escolar; nível de instrução da população adulta acima de 25 anos e das matrículas no ensino superior.

O acesso à escola das crianças de 6 a 14 anos já estava praticamente universalizado em Uberlândia no ano de 2010 para ambos os sexos. Já as adolescentes de 15 a 17 anos

apresentavam uma taxa de acesso à escola, independente da etapa frequentada, superior aos adolescentes. A diferença em Uberlândia era bem superior ao resultado encontrado para o Brasil. Contudo, acessar a escola apenas não basta; é preciso concluir os estudos. Nesse ponto, o melhor resultado das mulheres ficou ainda mais evidente. Em 2010, cerca de 40% dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não tinham terminado o ensino fundamental, enquanto o percentual das adolescentes era bem inferior, 27%. Revelou-se, portanto, um atraso educacional mais importante ainda dos adolescentes, pois nessa idade já era esperado que eles estivessem cursando o ensino médio.

O nível de instrução da população adulta acima de 25 anos é importante, pois revela informações sobre o sistema educacional brasileiro em um período mais longo e não apenas da população que está com idade escolar obrigatória no momento de coleta das pesquisas. Além disso, trata-se da população que se espera estar no mercado de trabalho. Também neste caso, em Uberlândia, as mulheres continuaram apresentando melhores resultados. O percentual de mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto era inferior ao dos homens. Já o percentual de mulheres que tinham pelo menos o ensino médio, incluindo as pessoas com ensino superior completo, era superior ao dos homens. Destaca-se, também, que o percentual de mulheres que tinham Ensino Superior em Uberlândia era muito superior ao observado para o Brasil e para praticamente todas as Unidades da Federação.

Mas nem todas as notícias educacionais são positivas para a luta das mulheres por igualdade de gênero. No caso do ensino superior, apesar das mulheres de Uberlândia seguirem a tendência nacional de maior participação no total de matrículas, ainda persiste uma clara segmentação de cursos em que as mulheres têm menor participação. As mulheres ainda têm uma participação muito baixa em cursos das Áreas de “Engenharia, produção e construção” e “Ciências, matemática e computação”. Já na Área de “Agricultura e veterinária”, a participação das mulheres seria um pouco melhor, já se aproximando de metade das matrículas, numa situação intermediária do ponto de vista da participação feminina. As mulheres continuam tendo maior participação em cursos da Área de “Educação”, mas com uma participação muito elevada em cursos da “Saúde e bem estar social”. Esse cenário não mudou estruturalmente de 2010 para 2017, mas ocorreram boas notícias, como o aumento da participação feminina em Áreas tradicionais de elevada participação masculina, como “Engenharia, produção e construção” e nos cursos da Área de

“Agricultura e veterinária”. Também se registrou pequenas quedas da participação feminina em Áreas tradicionalmente ocupadas pelas mulheres, como a Área de “Saúde e bem estar social” e “Educação”.

Essa segmentação por Áreas também foi observada por cursos específicos. Neste caso, em 2017, apesar de uma tendência de manutenção da segmentação, foram observados resultados positivos em termos de aumento da participação das mulheres em cursos tradicionais de maior participação masculina, como nos cursos de engenharia mecânica, engenharia civil e agronomia.

Algumas perguntas surgem a partir dos resultados deste Volume. Se as mulheres têm melhores indicadores de acesso à educação, quais os motivos para elas apresentarem uma pior inserção no mercado de trabalho? Pode-se lembrar que a desigualdade no mercado de trabalho em Uberlândia já foi constatada no Primeiro Volume desta Série. A manutenção da segmentação por cursos no ensino superior poderia ser parte da resposta? Como as mudanças na segmentação por cursos está muito lenta, não seriam necessárias políticas públicas sobre isso? São questões que todos podem ajudar a responder.

Anexos

Anexo 01 - Número de Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, Unidades da Federação, Brasil e Uberlândia - 2000

Divisão Territorial	Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto		Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto		Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto		Ensino Superior completo		Total Feminino	Total Masculino	Total
	F	M	F	M	F	M	F	M			
Rondônia	210.042	237.564	31.292	33.826	41.492	35.950	9.292	8.918	292.118	316.258	608.376
Acre	74.162	81.162	12.888	11.391	16.167	13.124	4.330	3.887	107.547	109.564	217.111
Amazonas	346.447	363.169	65.613	65.897	114.297	101.746	17.504	19.462	543.861	550.274	1.094.135
Roraima	36.929	44.906	9.723	10.113	11.927	9.901	2.602	2.665	61.181	67.585	128.766
Pará	847.359	930.965	161.449	154.533	205.433	153.712	43.868	39.786	1.258.109	1.278.996	2.537.105
Amapá	50.465	57.179	14.410	13.888	21.626	17.195	3.609	3.775	90.110	92.037	182.147
Tocantins	169.903	197.345	24.943	24.421	40.448	27.917	7.601	7.253	242.895	256.936	499.831
Maranhão	874.394	885.872	100.548	88.450	177.177	119.226	22.540	20.513	1.174.659	1.114.061	2.288.720
Piauí	495.558	485.325	57.766	48.411	92.915	55.177	16.333	15.112	662.572	604.025	1.266.597
Ceará	1.311.620	1.238.148	176.054	147.870	252.533	175.347	70.715	54.451	1.810.922	1.615.816	3.426.738
Rio G. do Norte	478.047	461.884	69.725	57.974	116.798	83.384	35.091	26.660	699.661	629.902	1.329.563
Paraíba	643.288	600.352	72.675	57.270	110.509	74.723	51.832	34.941	878.304	767.286	1.645.590
Pernambuco	1.405.809	1.262.468	196.502	177.922	319.242	235.920	126.188	83.140	2.047.741	1.759.450	3.807.191
Alagoas	483.431	451.051	52.422	48.262	82.150	60.742	27.714	19.556	645.717	579.611	1.225.328
Sergipe	299.595	282.529	43.595	38.422	62.543	48.867	18.253	12.522	423.986	382.340	806.326
Bahia	2.243.729	2.189.003	247.499	238.692	518.505	366.431	101.778	82.615	3.111.511	2.876.741	5.988.252
Minas Gerais	3.208.618	3.108.114	499.627	528.463	757.481	589.239	317.917	247.282	4.783.643	4.473.098	9.256.741
Espírito Santo	511.415	491.965	98.604	106.810	151.633	123.420	47.003	41.566	808.655	763.761	1.572.416
Rio de Janeiro	2.301.660	1.885.190	719.345	669.941	938.224	813.618	428.935	392.728	4.388.164	3.761.477	8.149.641
São Paulo	5.994.624	5.351.962	1.546.498	1.510.682	1.917.855	1.797.322	1.026.615	949.314	10.485.592	9.609.280	20.094.872
Paraná	1.641.188	1.533.625	320.764	327.119	412.025	392.913	190.357	161.041	2.564.334	2.414.698	4.979.032
Santa Catarina	932.859	861.308	203.550	219.406	217.299	218.793	87.953	85.660	1.441.661	1.385.167	2.826.828
Rio G. do Sul	1.858.643	1.715.638	412.180	394.895	477.953	434.935	237.651	174.275	2.986.427	2.719.743	5.706.170
Mato G. do Sul	341.877	343.396	60.824	60.530	78.266	73.387	38.634	31.164	519.601	508.477	1.028.078
Mato Grosso	376.945	437.409	67.443	71.595	92.613	78.416	32.716	27.680	569.717	615.100	1.184.817
Goiás	822.609	849.934	165.752	155.963	223.285	172.709	64.748	55.742	1.276.394	1.234.348	2.510.742
Distrito Federal	228.122	201.409	86.362	77.264	143.911	116.176	80.845	73.419	539.240	468.268	1.007.508
Brasil	28.189.338	26.548.872	5.518.053	5.340.010	7.594.307	6.390.290	3.112.624	2.675.127	44.414.322	40.954.299	85.368.621
Uberlândia	75.952	70.520	21.000	21.684	28.421	25.027	14.910	10.946	140.283	128.177	268.460

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2000 (IBGE) extraídos do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG/IBGE).

Notas: *O Sistema Nacional de Informações de Gênero não gera o quantitativo de "nível de instrução não determinado". Considerando o quantitativo informado nesta tabela e o quantitativo da população do Brasil e Uberlândia, nessa faixa etária, pelo Sistema Sidra/IBGE, os níveis de instrução não identificados foram próximos de 0,1%.

*Por questões de arredondamento, o número de pessoas do Brasil informado no SNIG divergia do somatório do quantitativo de pessoas por Unidade da Federação. A divergência era de "1 pessoa" para cima ou para baixo. Essa diferença irrelevante foi corrigida nesta tabela.

Anexo 02 - Número de Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo e nível de instrução, Unidades da Federação, Brasil e Uberlândia - 2010.

Divisão Territorial	Sem instrução e Ensino Fundamental incompleto		Ensino Fundamental completo e Ensino Médio incompleto		Ensino Médio completo e Ensino Superior incompleto		Ensino Superior completo		Total Feminino	Total Masculino	Total
	F	M	F	M	F	M	F	M			
Rondônia	219.912	256.923	53.270	59.044	94.268	80.261	39.972	26.884	407.422	423.112	830.534
Acre	89.015	100.824	20.316	20.972	41.949	34.562	18.471	11.963	169.751	168.321	338.072
Amazonas	368.841	409.225	111.320	112.142	248.898	230.759	76.667	56.873	805.726	808.999	1.614.725
Roraima	42.440	53.978	13.200	14.420	35.137	29.862	12.496	8.942	103.273	107.202	210.475
Pará	965.081	1.118.405	277.492	269.598	457.931	364.833	134.580	94.394	1.835.084	1.847.230	3.682.314
Amapá	59.311	69.588	20.705	21.177	53.757	47.385	19.579	13.619	153.352	151.769	305.121
Tocantins	169.826	210.320	41.652	45.149	91.947	80.901	47.674	25.536	351.099	361.906	713.005
Maranhão	947.776	1.019.781	201.845	180.948	378.246	291.694	111.215	62.551	1.639.082	1.554.974	3.194.056
Piauí	525.069	554.503	103.641	86.516	171.749	117.621	78.087	44.701	878.546	803.341	1.681.887
Ceará	1.314.101	1.310.010	335.347	283.309	560.196	453.625	206.829	122.257	2.416.473	2.169.201	4.585.674
Rio G. do Norte	493.320	502.428	117.069	100.058	229.969	182.918	90.680	57.021	931.038	842.425	1.773.463
Paraíba	664.119	653.320	123.120	99.778	228.152	172.501	106.534	63.050	1.121.925	988.649	2.110.574
Pernambuco	1.442.601	1.352.432	321.891	278.753	620.548	487.919	242.629	150.234	2.627.669	2.269.338	4.897.007
Alagoas	525.087	497.681	95.552	84.565	162.331	128.240	69.150	41.823	852.120	752.309	1.604.429
Sergipe	322.176	315.530	71.581	61.861	132.147	109.160	60.294	34.323	586.198	520.874	1.107.072
Bahia	2.236.532	2.303.783	469.643	442.071	1.037.693	787.303	304.051	195.145	4.047.919	3.728.302	7.776.221
Minas Gerais	3.163.374	3.135.494	810.668	826.434	1.349.524	1.197.955	748.758	493.924	6.072.324	5.653.807	11.726.131
Espírito Santo	518.057	507.966	147.634	151.003	270.358	249.720	135.656	94.331	1.071.705	1.003.020	2.074.725
Rio de Janeiro	2.070.956	1.736.442	927.231	808.051	1.596.222	1.427.224	798.438	636.790	5.392.847	4.608.507	10.001.354
São Paulo	5.534.785	4.903.021	2.114.694	2.020.691	3.568.351	3.363.834	2.115.343	1.727.725	13.333.173	12.015.271	25.348.444
Paraná	1.578.846	1.480.180	465.847	470.286	724.139	699.602	457.220	336.171	3.226.052	2.986.239	6.212.291
Santa Catarina	902.910	841.716	303.715	321.883	459.133	465.521	264.179	208.923	1.929.937	1.838.043	3.767.980
Rio G. do Sul	1.660.819	1.555.149	561.132	549.284	846.885	775.900	453.919	304.081	3.522.755	3.184.414	6.707.169
Mato G. do Sul	343.474	361.239	101.090	98.790	165.465	153.074	97.667	69.235	707.696	682.338	1.390.034
Mato Grosso	395.378	476.369	120.704	131.392	200.301	179.946	105.095	71.454	821.478	859.161	1.680.639
Goiás	835.980	899.012	261.677	263.846	457.599	391.000	215.043	141.565	1.770.299	1.695.423	3.465.722
Distrito Federal	238.171	212.832	112.351	97.844	255.993	214.604	195.316	162.959	801.831	688.239	1.490.070
Brasil	27.627.957	26.838.151	8.304.387	7.899.865	14.438.888	12.717.924	7.205.542	5.256.474	57.576.774	52.712.414	110.289.188
Uberlândia	74.564	71.846	32.329	31.648	51.880	48.039	34.031	24.268	192.804	175.801	368.605

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) extraídos do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG/IBGE).

Notas: *O Sistema Nacional de Informações de Gênero não gera o quantitativo de "nível de instrução não determinado". Considerando o quantitativo informado nesta tabela e o quantitativo da população do Brasil e Uberlândia, nessa faixa etária, pelo Sistema Sidra/IBGE, os níveis de instrução não identificados foram próximos de 0,3%.

**Por questões de arredondamento, o número de pessoas do Brasil informado no SNIG divergia do somatório do quantitativo de pessoas por Unidade da Federação. A divergência era de até "2 pessoas" para cima ou para baixo. Essa diferença irrelevante foi corrigida nesta tabela.

Anexo 03 - Matrículas na graduação presencial por Área Geral OCDE, Brasil, 2010

	Feminino	Masculino	Total	% Feminino
Engenharia, produção e construção	176.856	443.090	619.946	28,5%
Ciências, matemática e computação	115.569	271.455	387.024	29,9%
Área Básica de Ingresso	6.672	9.312	15.984	41,7%
Agricultura e veterinária	60.611	82.271	142.882	42,4%
Humanidades e artes	78.057	63.627	141.684	55,1%
Ciências sociais, negócios e direito	1.275.922	1.016.515	2.292.437	55,7%
Serviços	67.908	38.995	106.903	63,5%
Educação	622.350	301.160	923.510	67,4%
Saúde e bem estar social	612.359	206.391	818.750	74,8%
Total	3.016.304	2.432.816	5.449.120	55,35%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Anexo 04 - Matrículas na graduação presencial por Área Geral OCDE, Brasil, 2017

	Feminino	Masculino	Total	% Feminino
Engenharia, produção e construção	393.257	773.069	1.166.326	33,7%
Ciências, matemática e computação	145.753	272.741	418.494	34,8%
Área Básica de Ingresso	17.495	18.088	35.583	49,2%
Agricultura e veterinária	117.578	120.448	238.026	49,4%
Humanidades e artes	88.981	74.649	163.630	54,4%
Ciências sociais, negócios e direito	1.358.280	998.509	2.356.789	57,6%
Educação	556.420	291.422	847.842	65,6%
Serviços	74.192	33.096	107.288	69,2%
Saúde e bem estar social	866.807	328.896	1.195.703	72,5%
Total	3.618.763	2.910.918	6.529.681	55,42%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Anexo 05 - Matrículas na graduação presencial em Uberlândia, 2010

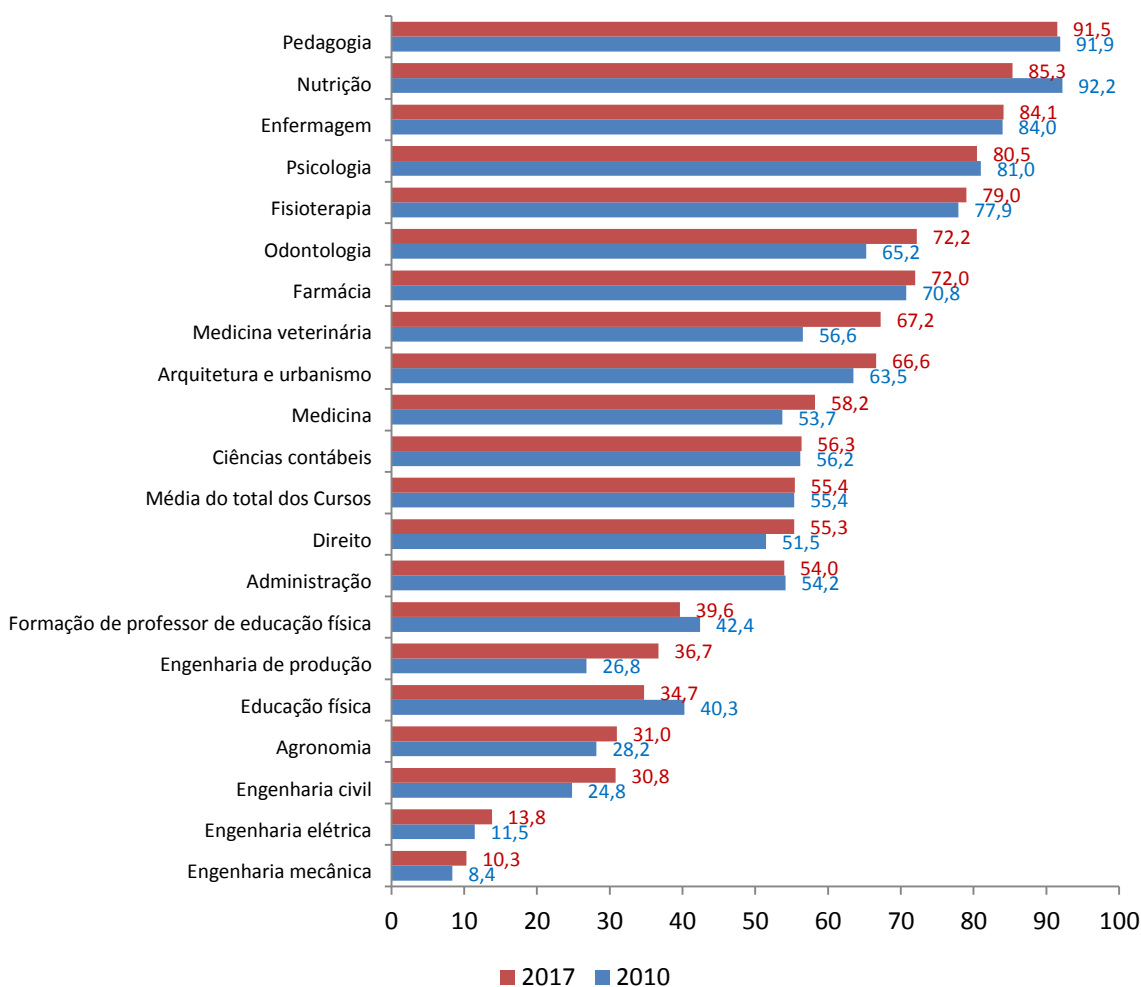
	Feminino	Masculino	Total	% Feminino
Engenharia, produção e construção	1.681	4.292	5.973	28,1%
Ciências, matemática e computação	1.127	2.412	3.539	31,8%
Agricultura e veterinária	691	1.017	1.708	40,5%
Ciências sociais, negócios e direito	8.506	6.952	15.458	55,0%
Humanidades e artes	624	447	1.071	58,3%
Educação	3.835	1.991	5.826	65,8%
Saúde e bem estar social	3.762	1.055	4.817	78,1%
Serviços	511	77	588	86,9%
Total	20.737	18.243	38.980	53,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Anexo 06 - Matrículas na graduação presencial em Uberlândia, 2017

	Feminino	Masculino	Total	% Feminino
Ciências, matemática e computação	892	2.296	3.188	28,0%
Engenharia, produção e construção	3.215	6.544	9.759	32,9%
Agricultura e veterinária	1.744	1.898	3.642	47,9%
Área Básica de Ingresso	1.194	1.104	2.298	52,0%
Ciências sociais, negócios e direito	9.644	6.818	16.462	58,6%
Humanidades e artes	562	390	952	59,0%
Educação	2.143	1.283	3.426	62,6%
Saúde e bem estar social	4.544	1.754	6.298	72,1%
Serviços	303	28	331	91,5%
Total	24.241	22.115	46.356	52,3%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Anexo 07 - Percentual das matrículas na graduação presencial do sexo feminino no Brasil, 20 cursos com mais matrículas, 2010 e 2017

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Anexo 08 - Matrículas na graduação presencial no Brasil, 20 cursos* com mais matrículas, 2010

	Feminino	Masculino	Total	% Feminino
Total	3.016.304	2.432.816	5.449.120	55,4%
Ciência da computação	8.445	53.852	62.297	13,6%
Sistemas de informação	15.436	72.070	87.506	17,6%
Engenharia civil	24.683	74.838	99.521	24,8%
Engenharia de produção	23.382	63.826	87.208	26,8%
Formação de professor de educação física	52.284	70.934	123.218	42,4%
Direito	357.639	336.808	694.447	51,5%
Publicidade e propaganda	34.402	30.448	64.850	53,0%
Medicina	55.498	47.814	103.312	53,7%
Administração	382.181	323.509	705.690	54,2%
Ciências contábeis	125.996	98.232	224.228	56,2%
Arquitetura e urbanismo	46.750	26.881	73.631	63,5%
Formação de professor de biologia	54.397	23.421	77.818	69,9%
Farmácia	72.036	29.780	101.816	70,8%
Fisioterapia	77.282	21.934	99.216	77,9%
Psicologia	110.515	25.905	136.420	81,0%
Gestão de pessoal / recursos humanos	57.192	12.435	69.627	82,1%
Enfermagem	205.356	39.212	244.568	84,0%
Serviço social	63.113	5.611	68.724	91,8%
Pedagogia	273.454	24.127	297.581	91,9%
Nutrição	59.088	5.002	64.090	92,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Notas: *Utilizou-se a nomenclatura de nome de cursos da OCDE (variável "NO_OCDE"). No total de matrículas de cada curso, há separação entre licenciatura e bacharelado, como no caso de "formação de professor de biologia" em que não estão incluídas as matrículas no bacharelado em Biologia, por exemplo. No caso dos cursos das Áreas Básica de Ingresso (ABI), eles aparecem na classificação de Área Geral OCDE, mas não aparecem agrupados como um "curso" como em 2017. Segundo o Glossário do Censo da Educação Superior (Inep, 2014, pg. 2), os cursos (ABI) "refere-se à situação em que uma única "entrada" no curso possibilitará ao estudante, após a conclusão de um conjunto básico de disciplinas (denominado de "ciclo básico" por algumas instituições de educação superior), a escolha de uma entre duas ou mais formações acadêmicas. ABI é comum em cursos de licenciatura ou bacharelado (História, Letras, Física, Geografia, Filosofia, etc.) ou em cursos apenas de bacharelado como os de Comunicação Social e de Engenharia, que dispõem de várias formações acadêmicas vinculadas."

Anexo 09 - Matrículas na graduação presencial no Brasil, 20 cursos* com mais matrículas, 2017

	Feminino	Masculino	Total	% Feminino
Total	3.618.763	2.910.918	6.529.681	55,4%
Engenharia mecânica	13.460	116.947	130.407	10,3%
Engenharia elétrica	14.217	88.737	102.954	13,8%
Engenharia civil	103.214	231.815	335.029	30,8%
Agronomia	28.145	62.746	90.891	31,0%
Educação física	44.000	82.680	126.680	34,7%
Engenharia de produção	51.871	89.444	141.315	36,7%
Formação de professor de educação física	44.119	67.175	111.294	39,6%
Administração	260.055	221.713	481.768	54,0%
Direito	486.320	392.620	878.940	55,3%
Ciências contábeis	137.964	106.876	244.840	56,3%
Medicina	87.122	62.533	149.655	58,2%
Arquitetura e urbanismo	111.570	55.966	167.536	66,6%
Medicina veterinária	62.965	30.685	93.650	67,2%
Farmácia	91.312	35.580	126.892	72,0%
Odontologia	83.517	32.189	115.706	72,2%
Fisioterapia	129.432	34.359	163.791	79,0%
Psicologia	201.114	48.842	249.956	80,5%
Enfermagem	239.780	45.317	285.097	84,1%
Nutrição	106.559	18.326	124.885	85,3%
Pedagogia	260.047	24.183	284.230	91,5%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Notas: *Utilizou-se a nomenclatura de nome de cursos da OCDE (variável "NO_OCDE"). No total de matrículas de cada curso, não estão incluídas as matrículas nas Áreas Básicas de Ingresso (ABI), que foram agrupadas separadamente pelo Inep, e também há separação entre licenciatura e bacharelado, como no caso de "formação de professor de educação física" em que não estão incluídas as matrículas no bacharelado em Educação Física, por exemplo.

**Segundo o Glossário do Censo da Educação Superior (Inep, 2014, pg. 2), os cursos Área Básica de Ingresso (ABI) "refere-se à situação em que uma única "entrada" no curso possibilitará ao estudante, após a conclusão de um conjunto básico de disciplinas (denominado de "ciclo básico" por algumas instituições de educação superior), a escolha de uma entre duas ou mais formações acadêmicas. ABI é comum em cursos de licenciatura ou bacharelado (História, Letras, Física, Geografia, Filosofia, etc.) ou em cursos apenas de bacharelado como os de Comunicação Social e de Engenharia, que dispõem de várias formações acadêmicas vinculadas".

Anexo 10 - Matrículas na graduação presencial em Uberlândia, 20 cursos* com mais matrículas, 2010

	Feminino	Masculino	Total	%Feminino
Total de cursos	20.737	18.243	38.980	53,2%
Engenharia mecânica	62	690	752	8,2%
Engenharia elétrica	130	858	988	13,2%
Ciência da computação	77	503	580	13,3%
Engenharia	93	589	682	13,6%
Sistemas de informação	187	989	1.176	15,9%
Agronomia	187	568	755	24,8%
Engenharia civil	296	760	1.056	28,0%
Formação de professor de educação física	422	505	927	45,5%
Formação de professor de geografia	271	271	542	50,0%
Direito	2.640	2.435	5.075	52,0%
Administração	2.333	2.078	4.411	52,9%
Medicina veterinária	435	341	776	56,1%
Ciências contábeis	1.042	727	1.769	58,9%
Medicina	348	228	576	60,4%
Farmácia	403	164	567	71,1%
Odontologia	546	209	755	72,3%
Enfermagem	1.280	295	1.575	81,3%
Psicologia	978	188	1.166	83,9%
Serviço social	456	41	497	91,8%
Pedagogia	1.689	67	1.756	96,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Notas: *Utilizou-se a nomenclatura de nome de cursos da OCDE (variável "NO_OCDE"). No total de matrículas de cada curso, há separação entre licenciatura e bacharelado, como no caso de "formação de professor de geografia" em que não estão incluídas as matrículas no bacharelado em Geografia, por exemplo. No caso dos cursos das Áreas Básica de Ingresso (ABI), eles aparecem na classificação de Área Geral OCDE, mas não aparecem agrupados como um "curso" como em 2017. Segundo o Glossário do Censo da Educação Superior (Inep, 2014, pg. 2), os cursos (ABI) "refere-se à situação em que uma única "entrada" no curso possibilitará ao estudante, após a conclusão de um conjunto básico de disciplinas (denominado de "ciclo básico" por algumas instituições de educação superior), a escolha de uma entre duas ou mais formações acadêmicas. ABI é comum em cursos de licenciatura ou bacharelado (História, Letras, Física, Geografia, Filosofia, etc.) ou em cursos apenas de bacharelado como os de Comunicação Social e de Engenharia, que dispõem de várias formações acadêmicas vinculadas".

**Anexo 11 - Matrículas na graduação presencial em Uberlândia,
20 cursos* com mais matrículas, 2017**

	Feminino	Masculino	Total	% Feminino
Total	24.241	22.115	46.356	52,3%
Engenharia mecânica	147	1.294	1.441	10,2%
Sistemas de informação	137	941	1.078	12,7%
Engenharia elétrica	132	900	1.032	12,8%
Agronomia	492	1.166	1.658	29,7%
Engenharia civil	960	1.993	2.953	32,5%
Formação de professor de educação física	276	529	805	34,3%
Medicina	305	325	630	48,4%
Administração	1.468	1.376	2.844	51,6%
ABI**	1.194	1.104	2.298	52,0%
Ciências contábeis	1.144	874	2.018	56,7%
Direito	3.452	2.560	6.012	57,4%
Relações internacionais	387	225	612	63,2%
Medicina veterinária	986	522	1.508	65,4%
Arquitetura e urbanismo	685	359	1.044	65,6%
Odontologia	1.078	414	1.492	72,3%
Psicologia	1.724	402	2.126	81,1%
Nutrição	660	134	794	83,1%
Fisioterapia	814	165	979	83,1%
Enfermagem	841	151	992	84,8%
Pedagogia	998	48	1.046	95,4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo da Educação Superior (Inep).

Notas: *Utilizou-se a nomenclatura de nome de cursos da OCDE (variável "NO_OCDE"). No total de matrículas de cada curso, não estão incluídas as matrículas nas Áreas Básicas de Ingresso (ABI), que foram agrupadas separadamente pelo Inep, e também há separação entre licenciatura e bacharelado, como no caso de "formação de professor de educação física" em que não estão incluídas as matrículas no bacharelado em Educação Física, por exemplo.

**Segundo o Glossário do Censo da Educação Superior (Inep, 2014, pg. 2), os cursos Área Básica de Ingresso (ABI) "refere-se à situação em que uma única "entrada" no curso possibilitará ao estudante, após a conclusão de um conjunto básico de disciplinas (denominado de "ciclo básico" por algumas instituições de educação superior), a escolha de uma entre duas ou mais formações acadêmicas. ABI é comum em cursos de licenciatura ou bacharelado (História, Letras, Física, Geografia, Filosofia, etc.) ou em cursos apenas de bacharelado como os de Comunicação Social e de Engenharia, que dispõem de várias formações acadêmicas vinculadas".